



# Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

## Vizinho das curicacas

Com frequência, me deparo com as curicacas, principalmente, nos gramados das superquadras da Asa Sul. O espanto decorre do fato de que elas são aves selvagens, habitam os campos abertos, as beiras de matas, de cerrados e de grandes plantações. Costumam se abrigar em lugares próximos a lagos, campos com solos pantanosos ou alagados.

São terrenos que favorecem a atividade essencial de escarafunchar a terra molhada e fofa para arrancar insetos e larvas. Elas também se alimentam de pequenos lagartos, de pequenos roedores, de sapos e cobras. Ao menos quando permanece na terra.

Porque, quando voam, elas planam muito alto. Em razão do canto agudo, anunciando o amanhecer e o alvorecer, foram batizadas de “despertador”. Fico curioso para saber por que as curicacas aparecem cada vez mais nas superquadras e se adaptaram à cidade-parque. Mas até agora o mistério não foi deslindado.

Conversei com os motoristas de táxi e eles me contaram que a presença das curicacas é cada vez mais frequente. Os cientistas ainda estudam os novos hábitos dos pássaros. Uma das hipóteses levantadas é a de que o comportamento das aves mudou durante os dois anos de pandemia severa, quando as cidades ficaram despovoadas.

Talvez, isso tenha estimulado a migração dos pássaros para os espaços urbanos. No entanto, o meu consultor e observador de aves Tancredo Maia me disse que, mesmo antes da crise sanitária, as curicacas estavam presentes no Plano Piloto. De qualquer maneira, elas se beneficiaram do

projeto de cidade-parque concebido por Lucio Costa. O crescimento das árvores atrai uma infinidade de pássaros ao oferecer fartas opções de alimento.

Um leitor me enviou mensagem contando que é vizinho de um casal de curicacas. Elas fizeram ninho numa palmeira em frente à janela, a apenas uns seis ou sete metros de distância, no segundo andar. Paulo é um observador privilegiado, acompanhou a engenhosa operação para a construção do ninho, o período de choca e, agora, o desenvolvimento dos dois filhotes. Durante todo o dia, ele monitora o vaivém delas.

E um aspecto interessante destacado por Paulo é que tanto a fêmea quanto o macho chocam os voos, alternando os períodos no ninho. Ele me convidou para verificar ao vivo. Pode ser visto dos pilotis e elas nem se incomodam com a presença humana. E, para comprovar, Paulo me encaminhou um vídeo curto em que a mãe curicaca se coça e se “penteia” com o longo bico recurvo.

Em meio a tantos sobressaltos de uma cidade que se tornou, em alguma medida, distópica, observar, acompanhar ou ter na condição de vizinhas as curicacas é um dos privilégios de quem mora na cidade-parque, cidade-quintal, cidade-pomar.

**CASO MASTER** / Capitalização do Banco de Brasília será discutida hoje na reunião do Colégio de Líderes da Câmara Legislativa. Oposição anuncia posição contrária, mas governistas se preparam para votar a proposta na próxima semana

# Distritais debatem como reforçar BRB

» CARLOS SILVA

O colégio de líderes da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) se reúne, hoje, às 14h, para discutir a tramitação do projeto de lei encaminhado pelo Governo do Distrito Federal (GDF) para o restabelecimento e o fortalecimento das condições econômico-financeiras do Banco de Brasília (BRB) depois das negociações para comprar o Banco Master, que foi liquidado em seguida pelo Banco Central. A proposta, enviada pelo governador Ibaneis Rocha, tramita em regime de urgência. A expectativa é de que seja votado na próxima semana.

De autoria do Poder Executivo, o projeto permite que o Distrito Federal, na condição de acionista controlador do BRB, realize operações financeiras utilizando como garantia bens públicos, especialmente imóveis pertencentes ao próprio DF, à Terracap e à Novacap. O objetivo, segundo o governo, é reforçar o patrimônio líquido e a liquidez do banco, garantindo sua solidez financeira e a continuidade de serviços considerados estratégicos para a administração pública e para a população.

O texto do projeto autoriza o Executivo a recompor, reforçar ou ampliar o capital social do BRB por meio de diferentes instrumentos. Entre eles estão a integralização de capital, a realização de aportes patrimoniais e outras formas juridicamente admitidas de reforço, inclusive com bens móveis ou imóveis. Também está prevista a alienação prévia de bens públicos,

com posterior destinação dos recursos obtidos para o banco.

Para esse fim, a proposta lista imóveis específicos nos anexos do projeto. Os bens incluem áreas localizadas em regiões como Setor de Áreas Isoladas Norte (SAIN), Setor de Indústria e Abastecimento (SIA), Parque do Guará, Centro Metropolitano de Taguatinga, entre outros. Esses deverão ser transferidos previamente ao Distrito Federal antes de eventual alienação.

O projeto estabelece que a utilização desses imóveis poderá ocorrer por diferentes modalidades, como venda direta, integralização de capital, constituição de garantias, cessão de direitos, permuta, dação em pagamento ou ainda por meio de fundos de investimento, sociedades de propósito específico e operações de securitização. A alienação ou exploração econômica dos bens poderá ser feita diretamente pelo BRB, por empresas controladas ou coligadas, ou por fundos de investimento.

### Inconsistências

A expectativa é de que a reunião tenha intenso debate, uma vez que, entre oposição, a proposta não é vista com bons olhos. O deputado distrital Chico Vigilante (PT) afirmou que a bancada da minoria decidiu votar contra o projeto de lei que autoriza o uso de imóveis públicos para reforçar o capital do BRB. Segundo ele, a proposta não resolve a crise da instituição financeira e apresenta uma série de ilegalidades. “Esse projeto não resolve o problema do BRB e está cheio de ilegalidades”, declarou.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Hermeto: debate será feito com responsabilidade

Vigilante afirmou que o artigo 2º da proposta, um dos mais preocupantes para ele, amplia excessivamente os poderes do Executivo. “Esse artigo autoriza o GDF a vender o que quiser, do jeito que quiser, sem passar novamente pela Câmara Legislativa. Isso é pior do que um cheque em branco”, disse. Na avaliação do parlamentar, a proposta cria uma situação de insegurança jurídica e política. “É uma autorização ampla, sem limites claros, numa situação em que nem o tamanho do problema foi apresentado.”

O deputado distrital Gabriel Magno (PT), líder da minoria, afirmou que a proposta vai além da

Kayo Magalhães/CB/D.A Press



Gabriel Magno: dúvidas sobre o tamanho do rombo

autorização para alienação de imóveis e concede poderes amplos ao governo sem apresentar informações básicas sobre o impacto financeiro das medidas. “Qual é o tamanho do prejuízo do BRB? Quanto a venda desses imóveis vai representar de capitalização? Não sabemos. É, na prática, um cheque em branco para o governo do Distrito Federal”, criticou.

O distrital também apontou possíveis ilegalidades na inclusão de imóveis que possuem destinação específica para políticas públicas. O deputado defendeu que a proposta não seja analisada em regime de urgência e citou manifestação recente do Tribunal de

Contas do Distrito Federal (TCDF). “O próprio Tribunal de Contas (TCDF) aponta que a pressa pode colocar ainda mais em risco o banco”, afirmou. Para ele, o tema exige “tranquilidade e responsabilidade”, dada a dimensão do impacto sobre o patrimônio público.

### Defesa de patrimônio

O distrital Hermeto (MDB), líder do governo na CLDF, afirmou que o debate em torno do projeto de lei que trata do reforço patrimonial do BRB deve ser conduzido com responsabilidade e sem viés ideológico. Para ele, a prioridade

é garantir a sobrevivência do banco público. “Na minha concepção, não existe direita ou esquerda nesse momento. Existe a necessidade de salvar o banco. Essa é a responsabilidade de todos nós”, declarou.

Segundo Hermeto, o projeto não autoriza a entrega automática de imóveis públicos, mas a apresentação de garantias para operações financeiras. “Se você vai comprar alguma coisa ou pegar um empréstimo, você dá garantia. Isso não significa que estão passando esse terreno para ninguém. Garantia não é doação”, afirmou. O deputado acrescentou que o BRB tem ativos suficientes para honrar seus compromissos. “O BRB tem liquidez, tem patrimônio e tem condições de pagar o empréstimo.”

O parlamentar também rebateu as críticas de que o texto abriria caminho para uma privatização indireta de ativos do Distrito Federal. “Não é verdade que o patrimônio do DF está sendo entregue. Nenhum deputado está fazendo isso, como a oposição tenta dizer. O que está em jogo é dar condições para o banco continuar funcionando”, disse. Para ele, a alternativa à aprovação do projeto seria ainda mais grave. “Ou aprova, ou entrega o banco. Só tem essas duas opções.”

Outros partidos da Casa ainda avaliam o projeto, como é o caso do Partido Liberal (PL). Segundo o deputado, Roosevelt Vilela (PL), os distritais da legenda vão discutir o texto antes da reunião de líderes. “Hoje minha equipe está debruçada sobre a proposta, para nos posicionarmos com cautela”, afirmou.

## SAÚDE

# DF registra 1º caso de mpox em 2026

» VITÓRIA TORRES

A Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF) confirmou, ontem, o primeiro caso de mpox registrado em 2026 na capital federal. Segundo a pasta, o diagnóstico ocorreu em janeiro, e o paciente apresentou quadro leve.

A secretária informou que, após avaliação médica, não foi identificada a necessidade de internação. “Na época, o paciente recebeu todas as orientações para evitar a transmissão do vírus e controlar os sintomas”, disse, em nota.

De acordo com o órgão, o

monitoramento na capital é permanente e realizado por meio do Centro de Informações Estratégicas em Vigilância em Saúde do DF (Cievs-DF), que mantém plantão 24 horas. A notificação de casos é obrigatória e deve ser feita em até 24 horas após a confirmação, tanto na rede pública quanto na privada. A pasta ressaltou que, até o momento, não há outros casos em investigação no DF.

A doença é causada pelo vírus MPXV, da família Orthopoxvirus, e a transmissão ocorre, principalmente, por contato direto com lesões na pele, fluidos corporais,

objetos contaminados ou contato próximo e prolongado com pessoa infectada. O mpox ganhou maior atenção internacional a partir de 2022, quando houve aumento de registros em diversos países.

“A melhor forma de prevenir a mpox é evitar o contato com pessoas infectadas ou objetos contaminados. Caso o trato seja necessário, é recomendável o uso de equipamentos de proteção, como luvas, máscaras, avental e óculos de proteção. A higiene pessoal, especialmente lavar as mãos com frequência, também é fundamental. Indivíduos com suspeita ou confirmação

de mpox devem cumprir o isolamento e não compartilhar itens de uso pessoal. Se houver sintomas da doença, orienta-se buscar uma Unidade Básica de Saúde (UBS)”, destacou a SES-DF.

No Brasil, de acordo com o Ministério da Saúde, foram registrados, em 2026, 81 casos confirmados da doença, com predominância de quadros leves ou moderados, sem registro de óbitos. Foram 57 em São Paulo, 13 no Rio de Janeiro, quatro em Rondônia, três em Minas Gerais, dois no Rio Grande do Sul, um no Distrito Federal e um no Paraná.

Maurenilson Freire



## Obituário

Envie uma foto e um texto de no máximo três linhas sobre o seu ente querido para: SIG, Quadra 2, Lote 340, Setor Gráfico. Ou pelo e-mail: cidades.df@dabr.com.br

**CAIXA**  
seguradora

**Caixa Seguradora S.A.**  
CNPJ/ME nº 34.020.354/0001-10 - NIRE 53.3.0000495-1

**Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 05 de Fevereiro de 2026**

Realizada, eletronicamente, em 05/02/2026, às 16h30, a partir da sede social da Companhia, com a presença da única Acionista titular da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia. **Mesa:** Presidente: Marco Antonio Barbosa Pires; e Secretária: Sra. Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Deliberações:** Após o exame das matérias constantes da Ordem do Dia, a única Acionista autorizou a lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º do art. 130 da Lei das S.A.s, e deliberou por: 1. Aprovar, sem restrições ou ressalvas, a reeleição do Sr. **Jailton Zanoni da Silveira**, OAB/RJ nº 77.366, CPF/ME nº 002.207.307-84, ao cargo de membro do Conselho Fiscal da Companhia, com mandato até a posse dos eleitos na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada até 31 de março de 2026, ficando igualmente ratificados, para todos os fins de direito, todos os atos por ele praticados desde a extensão de seu mandato, ocorrida em 28/03/2025, 1.1. A Acionista tomou conhecimento de que o membro do Conselho Fiscal ora reeleito preenche as condições previstas na Lei nº 6.404/76 e suas atualizações, bem como nas demais disposições legais aplicáveis. O Conselheiro declarou, sob as penas da lei, não estar impedido para o exercício da atividade mercantil ou ter sido condenado à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, conforme previsto no § 1º do artigo 147 da Lei nº 6.404/76. Ainda, o Conselheiro ora reeleito será empossado em seu cargo após o cumprimento das formalidades legais, sendo certo que ao mesmo foi dado amplo conhecimento dos preceitos estipulados na referida Resolução CNSP nº 422/21, bem como das demais disposições legais aplicáveis. 1.2. O Conselho Fiscal fica, portanto, com a seguinte composição: como membro titular, o Sr. **José Linaldo Gomes de Aguiar**, e seu suplente Sr. **José Maurício D'Sep Costa**, o Sr. **Laudimiro Almeida da Silva Filho**, e seu suplente Sr. **José Ricardo Porto Rodrigues**; como membro titular, o Sr. **Jailton Zanoni da Silveira**, e seu suplente Sr. **Bruno Borges Cardoso**. Nada mais. **Mesa:** Marco Antonio Barbosa Pires, Presidente; e, Simara Rodrigues Andrade da Costa. **Acionistas:** CNP Participações Securitárias Brasil Ltda. (p. Marco Antonio Barbosa Pires), Brasília/DF, 05/02/2026. Simara Rodrigues Andrade da Costa, Secretária. **Protocolo** sob o nº DFE2600044948, de 13/02/2026. **Registro** sob o nº 2967166, de 18/02/2026. Fabiane Raissa da Fonseca, Secretária-Geral.

### Sepultamentos em 23/2/2026

#### » Campo da Esperança

Antônio André da Silva, 76 anos  
Anydeide Dantas Meireles, 57 anos  
Benedito Cantanhêde de Abreu, 59 anos  
Brivaldo Ferreira da Silva, 96 anos  
Carlos Ivan da Silva Pereira, 56 anos  
Maria José da Fonseca Rocha, 80 anos  
Eunice de Mello, 80 anos  
Felipe Correa de Moraes, 62 anos  
João Rodrigues do Nascimento, 65 anos

José Alves Cardoso, 94 anos  
José Maria de Albuquerque Filho, 86 anos  
Osmário Ferreira de Moraes, 102 anos  
Soemia Rocha Mello Souza, 85 anos

#### » Taguatinga

Aírtton Pugas da Silva, menos de 1 ano  
Ana Alice Monte Souza, 1 ano  
Elpídio Rozendo dos Santos, 88 anos  
Ernandes Pereira da Silva, 57 anos  
Eugênio Bandeira de Sousa Filho,

75 anos  
Everaldo Fogaça Brito, 58 anos  
Francisco José de Souza, 80 anos  
José Rubens Ribeiro da Silva, 50 anos  
Maria do Socorro Alves da Silva, 73 anos  
Nady Pereira da Silva Melo, 66 anos  
Rosa Martins dos Santos, 85 anos  
Rosângelo Macedo Carvalho, 63 anos  
Sebastião Hilário Oliveira, 53 anos  
Sônia Maria de Castro Santos, 61 anos  
Valdeci Pereira da Silva, 61 anos

#### » Gama

João de Sousa Mororó, 86 anos  
João Pedro Saltão Santana, 31 anos  
Ronan Rodrigues, 41 anos

#### » Planaltina

Arnaldo Cunha da Silva, 79 anos  
José Maria dos Reis, 59 anos

#### » Brazlândia

Luiza Alves Pereira, 89 anos  
Maria Gomes de Lima, 85 anos

#### » Sobradinho

Antônia Teles do Carmo, 85 anos  
Maria Aparecida Teles Lopes, 66 anos